

São Paulo, 04 de dezembro de 2023

Ao Ministério de Minas e Energia (MME)

Esplanada dos Ministérios - Bloco U

Brasília - DF

CEP: 70065-900

Ref.: Consulta Pública MME nº 158/2023 - Número do processo: 48370.000224/2023-34

Prezados senhores,

Enviamos este documento como forma de contribuição à Consulta Pública no. 158/2023, aberta no último dia 13 de novembro. O objeto da consulta, “estabelecer diretrizes para a otimização do uso de geração de energia elétrica inflexível proveniente de usinas termelétricas no Sistema Interligado Nacional - SIN em cenário de excedentes energéticos” é muito bem-vindo no atual contexto de baixa previsão de demanda futura e excesso de energia termelétrica inflexível, assegurada tanto pelos leilões programados a partir da Lei 14.182/2021 quanto pelo procedimento de contratação simplificada (PCS).

No primeiro caso, a Lei de Privatização da Eletrobras incluiu a obrigatoriedade de 8 GW de termelétricas inflexíveis a gás fóssil que trarão impactos climáticos, ambientais e econômicos. Caso sejam contratadas, as usinas poderão lançar 300 milhões de toneladas de CO₂ à atmosfera ao longo de 15 anos de operação (IEMA, 2023). Em termos econômicos, implicará em um aumento de custo acumulado para o sistema de R\$131 para 240 bilhões nos próximos 20 anos, comparado a uma projeção com menor inclusão de térmicas inflexíveis, bem como um aumento do custo marginal de operação de R\$48 para 68/MWh. São previstos prejuízos em relação à diminuição de aproveitamento de fontes renováveis já contratadas como solar, eólica e hidrelétricas, como situações de *constrained off* no caso das duas primeiras e vertimento turbinável, para a última.

No caso do Procedimento de Contratação Simplificada, foram contratados 1 GW em termelétricas a um exorbitante preço de R\$ 1.599,57/MWh que, a despeito dos esforços do TCU e da Aneel para sua reversão, podem representar pelo menos R\$ 40 bilhões em custos adicionais na conta de luz dos consumidores de energia elétrica.

A **Coalizão Energia Limpa** é um grupo brasileiro de organizações da sociedade civil comprometido com a defesa de uma transição energética socialmente justa e ambientalmente sustentável no Brasil, formado para exercer um posicionamento crítico ao papel do gás na matriz elétrica e defende a descontinuação de seu uso até 2050.



Neste sentido, cumprimos o Ministério de Minas e Energia pelos esforços em equacionar e potencialmente reduzir os impactos da contratação de térmicas citadas anteriormente. Cabe mencionar, no entanto, que o texto da minuta de portaria propõe uma redução temporária da inflexibilidade das usinas (segundo o artigo 10, que estabelece vigência das medidas propostas até junho de 2025). Apontamos que medidas de curto prazo, ainda que possam resultar na diminuição de prejuízos econômicos ao sistema, aos consumidores e ao meio ambiente, não endereçam o objetivo final de transicionar a matriz elétrica a partir da diversificação de fontes de geração renováveis.

A Coalizão Energia Limpa propõe que para atender aos desafios de descarbonizar uma matriz elétrica em crescimento e lidar com eventos extremos cada vez mais frequentes que pressionam a demanda de energia, é necessário equilibrar a integração das fontes renováveis solar e eólica com o sistema elétrico existente, tornando-o mais resiliente. Isto significa rever o papel estratégico das redes de transmissão e das hidrelétricas e potencializar o papel do armazenamento de energia com regulação e modelo de remuneração próprios.

Defendemos que o gás natural enquanto combustível imprescindível para a descarbonização da matriz elétrica global atrasa a transição energética e compromete investimentos de longo prazo em um combustível que não deveria ser utilizado para além de 2040.

Com esse intuito, nos colocamos à disposição para contribuir à discussão, com o Ministério de Minas e Energia e demais órgãos do setor, da modernização do setor elétrico e ações para a descontinuidade da geração de energia termelétrica no médio prazo.

Atenciosamente,

Ricardo Baitelo

Gerente de projetos do IEMA, em nome da Coalizão Energia Limpa